



3048 - Trabalho Completo - 2ª Reunião Científica Regional Norte da ANPEd (2018)  
GT 05/GT 11 - Estado e Política Educacional e Políticas de Educação Superior

HEGEMONIA GLOBAL ESTADUNIDENSE: OS ACORDOS MEC/USAID E O LEGADO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (1965-1968)

Darllen Almeida da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
Kátia de Nazaré Santos Fonsêca - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
Norma Iracema de Barros Ferreira - UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

#### Resumo

O tema envolve o intercâmbio entre Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) – o que se convencionou chamar Acordos MEC/USAID, assinados na ditadura militar, delimitando-se entre 1965 e 1968. O problema envolve a questão: de que forma os Acordos MEC/USAID (1965-1968) serviram para instrumentalizar a hegemonia estadunidense sobre o Brasil, abrindo caminho para as políticas educacionais de Internacionalização atuais? Quanto aos objetivos, incidiram em compreender a constituição da hegemonia estadunidense no Brasil, no contexto dos Acordos MEC/USAID e o legado deixado para o processo de Internacionalização da Educação Superior. A base teórico-metodológica do estudo consta de Cunha (2007); Rosas (1992); Gramsci (2001); Morosini (2011), alicerçada na Análise Crítica do Discurso, na vertente de Fairclough (2001). Os resultados preliminares deixam entrever que no Brasil os Acordos MEC/USAID (1965-1968) serviram para a formação dos intelectuais orgânicos que reverberassem os discursos do modelo hegemônico capitalista, bem como fomentaram ações de Internacionalização da educação.

Palavras-chave: Hegemonia. Acordos MEC/USAID. Internacionalização da Educação.

HEGEMONIA GLOBAL ESTADUNIDENSE: OS ACORDOS MEC/USAID E O LEGADO DA INTERNACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS (1965-1968)

#### Resumo

O tema envolve o intercâmbio entre Brasil e os Estados Unidos da América (EUA) – o que se convencionou chamar Acordos MEC/USAID, assinados na ditadura militar, delimitando-se entre 1965 e 1968. O problema envolve a questão: de que forma os Acordos MEC/USAID (1965-1968) serviram para instrumentalizar a hegemonia estadunidense sobre o Brasil, abrindo caminho para as políticas educacionais de Internacionalização atuais? Quanto aos objetivos, incidiram em compreender a constituição da hegemonia estadunidense no Brasil, no contexto dos Acordos MEC/USAID e o legado deixado para o processo de Internacionalização da Educação Superior. A base teórico-metodológica do estudo consta de Cunha (2007); Rosas (1992); Gramsci (2001); Morosini (2011), alicerçada na Análise Crítica do Discurso, na vertente de Fairclough (2001). Os resultados preliminares deixam entrever que no Brasil os Acordos MEC/USAID (1965-1968) serviram para a formação dos intelectuais orgânicos que reverberassem os discursos do modelo hegemônico capitalista, bem como fomentaram ações de Internacionalização da educação.

Palavras-chave: Hegemonia. Acordos MEC/USAID. Internacionalização da Educação.

#### Introdução

O presente trabalho se insere no tema Intercâmbio celebrado entre Brasil, por meio do então Ministério da Educação e Cultura (MEC), e Estados Unidos da América (EUA), representado pela *United States Agency for International Development*(USAID) – os Acordos MEC/USAID, estabelecidos no período da ditadura militar, num recorte temporal de 1965 a 1968. Nesse viés, emerge como *problema* de pesquisa: de que forma os Acordos MEC/USAID (1965-1968) serviram para instrumentalizar a hegemonia estadunidense sobre o Brasil, abrindo caminho para as políticas educacionais de Internacionalização atuais? O *objetivo* incide em compreender a constituição da hegemonia estadunidense no Brasil, no contexto dos Acordos MEC/USAID (1965-1968) e o legado deixado para a Internacionalização da Educação Superior. Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem qualitativa, alicerçada na Análise Crítica do Discurso, na vertente de Fairclough (2001).

Para compreender a forma como a hegemonia estadunidense se instrumentalizou no Brasil, no período entre 1965 e 1968, cabe ressaltar os processos de colonização de ambos os países. Parte-se do argumento de que esses processos influenciaram na construção das identidades de Brasil e EUA, refletindo-se na relação existente entre eles. Existe um discurso quase unânime de que estaríamos diante de dois distintos processos de colonização, sendo o dos EUA, de povoamento e do Brasil, de exploração, o qual durante muitos anos sustentou o discurso de que a colonização dos EUA possibilitou-lhes que se tornassem a potência que hoje são, enquanto a do Brasil teria contribuído para deixá-lo à margem do modelo de produção capitalista. Contudo, para Karnal (2017, p.17), “só podemos falar em projeto colonial nas áreas portuguesa e espanhola. Só nelas houve a preocupação constante e sistemática quanto às questões da América. [...]” Portanto, a explicação simplista para os diferentes caminhos que seguiram as colônias ibérica e inglesa não apresenta fatos sobre o porquê de os Estados Unidos terem-se tornado uma potência capitalista. No entanto, os processos de colonização das Américas Ibérica e Inglesa, em alguns pontos foram convergentes, conforme expresso na sequência do texto.

A chegada de Colombo à nova terra inaugurou a relação entre índios e europeus, a qual é determinante para a análise aqui proposta. Tal relação propiciou o reconhecimento do Outro, termo utilizado por Burke (2004, p.153) para discutir a criação de estereótipos. Nesse caso, quando o homem branco, europeu, “civilizado,” viu, não somente terras gigantescas de natureza exuberante, mas, sobretudo, um povo (o Outro) totalmente oposto à concepção de homem que possuía, o choque cultural foi inevitável, bem como a criação de estereótipos. Desta maneira, tanto em terras norte-americanas, quanto nas “terras tupiniquins,” brancos e índios se viram em um reconhecimento ora pacífico, outrora, não.

Na trajetória histórica colonial dos dois países, há de se considerar que o ideário de homem, sociedade e cultura foi determinante não apenas à formação, mas principalmente da identidade nacional deles. Para Hoonart (1992, p.56) essa construção ideológica fez-se, principalmente, pelo aspecto religioso, sendo que no Brasil “a ação missionária foi insistentemente solicitada pelo próprio Governo Português,” pois a aliança entre o Estado Português e a Igreja Católica era vantajosa. A propósito da análise efetuada por Hoonart (1992), verifica-se em Rezende (2006, p. 90) que as missões religiosas na Amazônia foram essenciais para a ocupação de terras e especialmente, o domínio português. Portanto, o aspecto ideológico propagado pela religião constituiu uma importante ferramenta para o domínio português, com fins expansionistas. Pode-se destacar, então, a convergência com o processo histórico de expansão territorial dos Estados Unidos, que assim como no Brasil, provocou o genocídio de milhares de indígenas, baseado em argumentos de ordem teológica, já que “os peregrinos haviam se identificado com o povo eleito que Deus conduzia a uma terra prometida,” o que lhes daria direito de expulsar aqueles que considerassem não pertencer àquela terra. (KARNAL *et al.* 2007, p. 51).

Enfim, tanto nos EUA quanto na Amazônia brasileira, os indígenas foram mortos ou escravizados, em nome de interesses imperialistas, encobertos em uma ideologia de predestinação – os americanos, por meio de seu *Destino Manifesto*,<sup>[4]</sup> e os portugueses sob a máxima que “o reino de Deus se identifica com o de Portugal.” (HOONAERT, 1992, p. 58). Em ambas colonizações houve a tentativa de impor a cultura do colonizador sobre o colonizado para subtrair as riquezas daquele Novo Mundo. Por conseguinte, analisando o contexto colonial de Brasil e EUA, compreende-se que “uma nação não é apenas uma entidade política, mas

algo que produz sentidos, um sistema de representação cultural." (HALL, 2006, p.50). Os dois países constituíram uma nova cultura nacional.<sup>[5]</sup> quer tenha-se concretizado sob os auspícios da violência, quer do convencimento, formando uma cultura híbrida, marcada pelos diferentes traços dos povos que a forjaram. O texto divide-se em três seções: *Brasil/EUA: o alvorecer de uma relação hegemônica, Os Acordos MEC/USAID e as reformas na Educação Superior (1965-1968): discursos hegemônicos de modernização; O legado dos Acordos MEC/USAID para o processo de Internacionalização da Educação Superior.*

## 1 Brasil/EUA: o alvorecer de uma relação hegemônica

Ao se analisar os processos de colonização de Brasil e Estados Unidos, verifica-se que a hegemonia estadunidense não pode ser justificada por sua origem. É preciso, antes de tudo, compreender o conceito de hegemonia materializado pelos EUA, o que neste trabalho é indispensável, uma vez que se pressupõe que os Acordos MEC/USAID alicerçaram uma concepção hegemônica de educação nos moldes americanos, que no Brasil deixou profundas marcas na organização da Educação Superior. Assim, os EUA desenvolveram um profundo sentimento de supremacia, de cultura nacional superior, o que remete ao conceito de hegemonia de Antônio Gramsci (2001), no sentido de verificar como se estabeleceu a relação hegemônica dos EUA com o Brasil, de forma que hegemonia é a capacidade de um grupo social dominante unificar um projeto político que mantenha articuladas forças heterogêneas, estando ligada a uma organização de classes em torno de interesses não convergentes, mas que por força do convencimento, mostram-se necessárias ao "bom" funcionamento da engrenagem social. Devidamente ancorado em Gramsci, o estudo aborda o contexto sob o qual se desenvolveu a hegemonia estadunidense.

Inicialmente, destaca-se que as relações entre Brasil e Estados Unidos se estreitaram ainda no século XIX, quando o Brasil desenvolvia sua Economia com exportações agrícolas, buscando "[...] o apoio necessário para a manutenção das novas instituições políticas, indo ao encontro dos interesses norte-americanos de alargamento de seus mercados consumidores e fornecedores." (PEREIRA, 2009, p. 69). Estabeleceram-se relações comerciais, sendo as culturais efetivadas na 2ª Guerra Mundial, tendo como ponto de partida a Política da Boa Vizinhança.<sup>[6]</sup> segundo Tota (2000, p. 28-29). Neste caso, os norte-americanos buscavam moldar a América Latina, a qual "precisava aprender as lições do progresso e do capitalismo, para abandonar essa posição 'inferior.' Uma América que, em última instância, precisava ser domesticada." (TOTA, 2000, p. 30). Nesse sentido, o americanismo forjou o pensamento de que a América do Norte seria o "bom exemplo," o modelo a ser seguido pela América Latina, que deveria ser "domesticada" para moldar-se à conjuntura de civilidade do "novo" contexto capitalista. O autor afirma, então, que os americanos passaram a exaltar a música e a cultura brasileiras, além de criarem personagens da Disney como *Zé Carioca*, dentre outras "criatividades," impulsionadas pelos meios de comunicação. Contraditoriamente, foi na ditadura militar, período da História mais associado aos modelos totalitários europeus, que nasceu e disseminou-se a influência estadunidense em terras tupiniquins, a qual revestiu o discurso dos simpatizantes dos Acordos empreendidos entre os dois países, posteriormente.

Os rumos do Brasil muito interessavam aos EUA, pois tinham o regime comunista que se avizinhava, por isso buscaram compor estratégias, as quais desembocaram no golpe militar de 1964. Nesse ínterim, Moniz Bandeira (2014, p. 13) apresenta provas de que o governo americano, por meio da *Central Intelligence Agency* (CIA),<sup>[7]</sup> teria agido diretamente para a deflagração da ditadura dos militares, no texto intitulado *A CIA e a técnica do Golpe de Estado*. Tal ação tornou-se uma estratégia de transformação política do Estado e, no período da Guerra Fria, uma potente arma de intervenção política nas relações exteriores. Para o autor, o golpe militar de 1964 teve suas bases preparadas pela intensa participação da CIA, uma vez que introduziu uma série de operações políticas, sob a técnica de "induzir a radicalização das lutas de classes, mediante a guerra psicológica de atos de provocação, de modo a socavar a base de sustentação social do governo [...]. A consequência era a sua desestabilização." Nota-se que o interesse dos EUA pelo destino dos governos latino-americanos, dentre eles o Brasil, evidenciava a preocupação que tinham quanto ao desenvolvimento de regimes democráticos próprios, bem como do crescente sentimento nacionalista que resultaria disso, afastando assim a influência dos americanos nas relações diplomáticas, a exemplo do que ocorreria em Cuba.

A postura dos Estados Unidos da América para com o Brasil tinha o claro objetivo de "enfraquecer e derrubar o governo do presidente João Goulart, sobretudo para modificar a política externa do Brasil, que defendia os princípios de autodeterminação dos povos e se opunha à intervenção armada em Cuba." (MONIZ BANDEIRA, 2014, p.14-15). O governo Goulart é considerado por muitos estudiosos como o mais democrático da República brasileira antes do Golpe de 64, mas era visto pelos americanos como pernicioso à Segurança Nacional, pois ao defender a soberania e a autodeterminação de Cuba, constituía uma "ameaça comunista," que "obstaculizava os objetivos de Kennedy," conclui o autor. Tomando o governo brasileiro como ameaça, os EUA procederam à infiltração de agentes, como se fossem civis, para intervir militarmente no Brasil, caso o presidente, reagindo à pressão, envergasse para a esquerda, não propriamente comunista, e sim sob a forma do autoritarismo ultranacionalista.

Por conveniência, na História oficial de ambos os países, não consta essa ação norte-americana, mas o que se viu após o golpe militar foi um estreitamento de suas relações, sendo que "o Brasil tornara-se o mais flagrante caso em que os EUA empregaram sua ajuda externa para fomentar a economia de um país, cujo sistema político estava em pleno contraste com o modelo democrático ideal descrito na Carta de *Punta del Este*." (RIBEIRO, 2006, p. 166). Observa-se, com isso, a contradição no grande investimento de um país que se apresentava como modelo de democracia – os EUA, em relação a um outro tomado por um Golpe antidemocrático – o Brasil. Não obstante, esse seria apenas um passo para o que viria a seguir: os diversos Acordos entre os dois países, nos quais é possível conjecturar o interesse hegemônico estadunidense, dentre os quais os celebrados entre então Ministério da Educação e Cultura e a USAID, no contexto da Educação Superior.

## 2 Os Acordos MEC/USAID e as reformas na Educação Superior (1965-1968): discursos hegemônicos de modernização

Observada a aproximação entre Brasil e EUA, esta seção traz à baila os Acordos MEC/USAID e sua importância na manutenção da hegemonia estadunidense no Brasil, especificamente no campo educacional, pontuando que nessa área o Programa *Aliança para o Progresso* já delineava as ações americanas na Educação Básica, por meio dos investimentos nesse segmento. Tais investimentos propunham desenvolver países periféricos como o Brasil, no entanto, Ribeiro (2006, p.157) afirma que a *Aliança para o Progresso* foi "um esforço para tratar as causas do descontentamento latino-americano, impulsionado pelas forças do nacionalismo e pelo que era conhecido como 'revolução das aspirações crescentes.'" Havia, portanto, um receio de que o Comunismo se difundisse no continente, comprometendo o modelo de produção capitalista americano.

Para Rosas (1992, p.28), "sob o pretexto de promover um esforço comum com a finalidade de acelerar o desenvolvimento econômico e o progresso social na América Latina, a *Aliança para o Progresso* se antecipava à possível sedução socialista [...]." Corroborando tal afirmação, Tota (2000, p. 47) acrescenta que "a miséria resultante do atraso econômico dos países latino-americanos poderia propiciar revoluções lideradas por nacionalistas, socialistas ou simpatizantes do nazifascismo, movimentos que punham em xeque os interesses dos Estados Unidos." Portanto, como os americanos precisavam agir para barrar o crescente antiamericanismo, criaram a *United States Agency for International Development* (USAID), órgão responsável pela operacionalização do Programa e posteriormente, pelos Acordos na Educação Superior.

O interesse dos EUA firmava-se na crença de o Brasil ser "[...] detentor de um poder potencial de controlar ou influenciar os caminhos do continente, em detrimento ou em benefício dos interesses [norte-americanos]." No entanto, a aliança pretendida não se concretizou tal como os estadunidenses haviam planejado, à medida que "o lançamento do programa coincidiu com a assunção do governo de Jânio Quadros, que trouxe uma nova abordagem para a política externa brasileira." (PEREIRA, 2009, p. 158). A ajuda americana esbarrou no novo delineamento político e econômico do Brasil, em meio ao embate entre os "desenvolvimentistas cosmopolitas," que aceitavam recursos financeiros externos para industrializar o País e os "nacional desenvolvimentistas," favoráveis à industrialização, mas contrários à ajuda exterior. Segundo Ribeiro (2006, p.159) "no período que vai de 1961-64, estabeleceu-se uma crise na recepção do ideário do desenvolvimentismo," polarizando os anseios sobre os rumos que o Brasil deveria seguir.

Nesse ângulo, o Programa *Aliança para o Progresso* configurou-se no Brasil como uma primeira forma legal (ainda que conflituosa) de influência sobre os rumos da educação, concretizada pelos investimentos em infraestrutura, os quais possibilitaram construção de escolas técnicas, ampliação das matrículas na Educação Básica e no Ensino Superior, bem como o incremento da educação agrícola. (BORDIGNON, 2011, p. 8). O Programa pavimentou o que viria depois do Golpe militar: os Acordos MEC/USAID e a reforma da Educação Superior, sobre a qual Rosas (1992, p.17-18) dá um título instigante à sua obra: *Reforma, para quê?* Segundo o autor, só é reformado o que não está bom ou quando "se percebe o risco de desvio da rota, [ou seja], muda-se para mudar e para evitar que a mudança ocorra." Tal reflexão é pertinente quando se verifica o contexto pós Golpe de 1964, no qual mudanças profundas no plano social e econômico se desenhavam e a educação foi uma importante estratégia. Diante disso, o autor acrescenta: "Reforma, para quê? para se chegar a uma universidade autônoma, livre, criativa? Que viva uma experiência interna democrática e cujo acesso represente obstáculo transponível, sem privilégios de classe?" As perguntas levam à reflexão de que toda Reforma tem uma ideologia e, no governo militar, era a modernização.

Sob esse prisma, Cunha (2007, p.15-23) ressalta que "o binômio modernização-imperialismo é a chave para o entendimento do processo de reforma universitária [...], conforme o modelo mais avançado do mundo capitalista norte-americano." Compreende-se com isso, o interesse dos EUA em orientar as reformas educacionais, em nome de suposta modernização, sobre a qual o autor menciona que os anos 1940 são o marco inicial no Brasil, "quando os serviços de um consultor norte-americano, chamado Atcon, foram solicitados pelo Ministério da Aeronáutica, para ajudar a traçar planos de criação de um Instituto Tecnológico." Nesse caso, o pesquisador em foco conclui que o Golpe militar foi decisivo para manter esse processo, que culminou em 23 de junho de 1965, com o primeiro Acordo firmado entre MEC e USAID, voltado à Educação Superior. Segundo Rosas (1992, p. 36), o propósito consistia em reverter um contexto de Universidade com

"estruturas obsoletas, bibliotecas insatisfatórias, existência de cursos sem avaliação do mercado de trabalho, currículos pouco flexíveis, baixo rendimento de alunos, tempo parcial de alunos e docentes, ausência de um planejamento global." Tais aspectos destacam-se no diagnóstico feito à semelhança do que o grupo de consultores do *Higher Team Education* já havia realizado no ano de 1964, igualmente no que se refere à Educação Superior.

Sobre tais ações, Cunha (2007, p. 156) pontua que o objetivo "era descobrir meios para adequar a assistência ao Ensino Superior à estratégia geral da USAID e opinar sobre a conveniência de se organizar um programa especificamente voltado para o Ensino Superior, como já havia para outras áreas." Nessa fase afirmava-se que a USAID, compreendendo o Ensino Superior como formação de recursos humanos, pretendia dar "assistência" e não promover profundas mudanças institucionais nas universidades brasileiras.

Percebe-se que a USAID, já em 1964 demonstrava interesse na Educação Superior, ainda que modestamente se apresentasse como mera "assistente" na melhoria da qualidade das universidades brasileiras, não tomando a responsabilidade de reformulação institucional. Porém, com a tomada de poder pelos militares, "os consultores se retiraram e produziram o denso relatório *Gardner Report*, que viria caracterizar os Acordos MEC/USAID de 1965." (CUNHA, 2007, p. 157). Esses Acordos objetivavam "a elaboração de uma série de planos para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino universitário, criação de um mecanismo eficiente para elaborar planos e a adoção de um quadro de técnicos em planejamento educacional." (ROSAS, 1992, p. 36).

Para alcançar esse objetivo, o MEC teria que designar educadores brasileiros de alto nível para que, junto com técnicos da USAID, pudessem realizar o planejamento educacional de que a Universidade necessitava. Esse grupo chamava-se Equipe de Planejamento do Ensino Superior (EPES) e pretendia definir "a direção da transformação de acordo com as necessidades do desenvolvimento do país, como também faria sugestões em termos de currículos, métodos didáticos e programas de pesquisa; e de outras questões menos vitais para o Ensino Superior." (CUNHA, 2007, p.162). Verifica-se o interesse dos EUA na construção de uma identidade da Universidade brasileira à época, porque os currículos, os materiais didáticos e, especialmente os programas de pesquisa, não se constituem sem uma ideologia de mundo, ou seja, sem levar em consideração a ideologia pretendida como parâmetro.

Nesse período, houve os favoráveis aos Acordos e à interferência dos americanos nas questões da Educação Superior, mas também os que optaram pelo enfrentamento e por isso, estratégias foram elaboradas para conter os avanços desse enfrentamento. Cunha (2007) exemplifica uma dessas estratégias, ao citar a indicação do MEC para que o então Conselho Federal de Educação (CFE) agisse como interveniente no convênio com a USAID, contudo, não previa a real participação deste nos planos do Acordo. A hegemonia estadunidense estava, por estas estratégias, interposta no plano da Educação Superior, inclusive contando com o reforço da I Conferência Nacional de Educação (CNE), que em 1965 apontava em seu texto final, a importância e conveniência de adotar modelos e técnicas advindos de outros povos, como ponto de referência para a reforma a ser empreendida. Assim, mesmo com os movimentos de resistência, o convênio MEC/USAID relacionado à constituição da EPES, "apesar de ser um instrumento da maior importância política, foi assinado pelo presidente do [CFE] *ad referendum* do plenário." (CUNHA, 2007, p. 163). Isso demonstra o grande interesse em se inculcir o Acordo no contexto das universidades, bem como deter possíveis resistências.

O descontentamento com a presença americana gerou uma cláusula no Acordo, que previa a obrigação do governo brasileiro em investir na publicidade em favor dos EUA, mas não foi feito, "talvez para evitar que se voltassem para o MEC as forças que se batiam contra o imperialismo norte-americano." (CUNHA, 2007, p. 164-165). Nesse cenário, o autor indica que uma nova ideologia foi inaugurada com o segundo Acordo, em maio de 1967, sob os auspícios de uma equipe "constituída no bojo de um movimento estudantil ascendente, que tinha na USAID um de seus principais alvos de ataque." Essa nova equipe teve acrescido um "A" de Assessoria à sua "antiga" nomenclatura, para dar ideia de objetivos mais modestos, pois enquanto "o convênio de 1965 estipulava o planejamento geral do Ensino Superior, [o de 1967] acenava para uma colaboração com o planejamento que o MEC já estaria fazendo." Apesar da tentativa de controle dos ânimos, permanecia o caráter reformador dos Acordos.

É válido destacar também que em 1965, os estudos de Atcon, realizados em 12 universidades brasileiras coadunaram-se aos objetivos do primeiro Acordo, pois trouxeram um diagnóstico para o planejamento das novas ações. Rosas (1992, p. 42) ressalta que, apesar da competência técnica do professor Atcon, os textos elaborados por ele "conduzem a uma estrutura artificial, marcada pelo autoritarismo e tecnocratismo internos" e acrescenta que tais escritos deixam "sempre no ar a suposição de desinteresse ideológico, de centralização nas ideias de modernização da estrutura e organização e de eficiência administrativa," o que seria ingênuo crer, pois uma reforma da envergadura que se pretendia não se despiria de um projeto político muito bem planejado. Por todo o percurso histórico é possível afirmar que Atcon se tornou, especialmente para os estudantes, um inimigo público da Universidade brasileira, pois os estudantes "tinham clareza das articulações entre os consultores (Atcon e os da USAID) e da direção geral de suas propostas: a modernização do Ensino Superior e a desmobilização do movimento estudantil." (CUNHA, 2007, p. 27). Urgia, então, a necessidade do enfrentamento.

A insatisfação quanto aos rumos da Educação Superior no Brasil ligava-se ao fato de que Atcon (PINA, 2011, p.65) defendia um sistema educacional voltado às necessidades do mercado, com a Universidade devendo objetivar educação e treinamento profissional; pesquisa científica e cursos de especialização; extensa universitária e Educação Superior geral, o que ia de encontro a uma educação plural, baseada na produção de conhecimento. Na prática, os Acordos MEC/USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas influenciaram decisivamente nas formulações e orientações que viriam a conduzir o processo de Reforma da educação brasileira na ditadura militar, com destaque para a *Comissão Meira Mattos* (1967) e ao *Grupo de Trabalho da Reforma Universitária* (GTRU), de 1968, os quais foram decisivos na Reforma Universitária (Lei 5.540/1968) e na Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus (Lei 5.692/1971). Isto posto, afirma-se que os Acordos consistiram em estratégia de hegemonia americana sobre o Brasil, deixando tal marca na organização da Educação Superior.

### 3 O legado dos Acordos MEC/USAID para o processo de Internacionalização da Educação Superior

Devido à importância dos Acordos MEC/USAID para a Reforma Universitária – Lei 5.540/1968, emerge a questão de a Universidade brasileira ser uma cópia da dos EUA. Contudo, tal processo veio sob a roupagem de modernização, sobre a qual Cunha (2007, p. 289) afirma ser um "processo ambivalente de modernização e controle, [que] levou a importantes mudanças estruturais nas Instituições de Ensino Superior," mas o alinhamento aos moldes americano não significa afirmar que a Universidade brasileira seja mera cópia da americana. Verhine (2008, p. 171), em estudo comparativo sobre a Pós-Graduação entre ambos, pensa que "o Mestrado e o Doutorado no Brasil não são precisamente cópias de programas encontrados nos EUA," mas é possível falar em "adoção internacional," posto que os cursos de Mestrado se aproximam do modelo americano de PhD, o que mostra que essa similaridade é "compreensível porque foi o Mestrado e não o Doutorado, que nasceu diretamente dos Acordos MEC/USAID." Dessa forma, o autor apresenta a Pós-Graduação no Brasil em dois modelos: o norte-americano (Mestrado) e o Europeu (Doutorado), com tendência à chamada abordagem híbrida.

Essa contextualização demonstra que ainda hoje é marcante a presença norte-americana nas discussões sobre a Universidade brasileira, devido à atuação dos EUA no contexto da Lei 5.540/1968, bem como de sua hegemonia sobre o Brasil em outros setores. Considera-se, então, que a hegemonia estadunidense se faz pelo viés da educação e que os Acordos deixaram um legado na estrutura e funcionamento dessa área. Não obstante, o próprio desenho do *novo* Ensino Médio – Lei 13.415/2017 –, adotando a Língua Inglesa como obrigatória, aponta para a relação hegemônica dos EUA sobre o Brasil. É possível afirmar que o legado deixado pelos Acordos está na mudança do modelo de Universidade brasileira que, para Verhine (2008, p. 168), consistia no modelo europeu, mais especificamente o Francês e que "foi mudado, como parte da reforma [...] realizada no conjunto do acordo MEC/USAID." Dessa forma, o modelo americano se vê no cotidiano universitário atual, por meio da estrutura departamental, da ênfase à pesquisa e da exigência de titulação formal, dentre outros.

No que concerne à hegemonia estadunidense, considera-se que a política externa brasileira se aproximou dos EUA em diversos setores, tais como na educação e, apesar de os rumos dessa política estarem polarizados entre a aproximação com países emergentes e os menos desenvolvidos, por um lado, e de outro, com a reconstrução da relação com os EUA, o que se tem é uma "política externa do século XXI, [que] transforma e atualiza o passado, ao mesclar equilibradamente as dimensões norte-sul e sul-sul," além de que os tradicionais intercâmbios com países como os EUA são "econômicos, estratégicos e políticos, amparados por uma clara percepção das assimetrias de poder, potenciais e obstáculos destas relações." (PECEQUILO, 2008, p.136-148). Assim, a política externa segue a tendência de estabelecer novas ligações, mas se mantendo firme com os EUA.

Tal relação se concretizou em um longo período e na educação, vem-se fortalecendo com os programas de Internacionalização, que propiciam o intercâmbio de ideias, cultura e língua, mas também trazem modelos que, assim como ocorreu nos Acordos MEC/USAID, permitem sustentar a hegemonia americana, tendo como marca a produção de conhecimento nas universidades que sempre teve como norma a Internacionalização da função pesquisa. (MOROSINI, 2006, p.108). No entanto, a autora (2006) ressalta que o ensino, especialmente o de Graduação, mantém-se controlado pelo Estado, dificultando a autonomia desse segmento no contexto da Internacionalização. Diante disso, o presente texto fixado na Pós-Graduação, ressalta a importância do binômio Globalização e Internacionalização, na qual esta última surge como a "globalização do Ensino Superior, [com o] capitalismo acadêmico, que identifica uma tendência global de privatização na Educação Superior, com todas as características inerentes, inclusive com destaque ao lucro." (MARGINSON; RHOADES *apud* MOROSINI, 2006, p.116). Desta feita, a Internacionalização, também se reflete na questão da hegemonia de países ricos sobre os emergentes, como é o caso de Brasil e EUA, que vêm estabelecendo Acordos bilaterais que atendem a um modelo hegemônico de educação.

Nesse íterim, é possível apontar dois legados nefastos dos Acordos MEC/USAID na Educação Superior, sendo o primeiro a tendência à avaliação nos níveis internacionais, que se aproxima ao propagado na Reforma Universitária/1968, que pretendia "colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho, requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada "multinacional." (CUNHA, 2007, p.287). O outro legado diz respeito à ideia de Atcon de que "a universidade é ou deve funcionar como uma empresa privada." (CUNHA, 2007, p. 293). Convém esclarecer que não foi Atcon quem difundiu

a ideia de privatização da Universidade, mas se aproveitou das turbulências para agir nesse sentido, articulando os reitores para que se organizassem como Conselho, sem ligação com o MEC e assim pudessem ser órgão "mediador entre a fonte do poder político (MEC), a fonte dos recursos econômicos (USAID), a fonte do saber (Universidade Houston) e cada Universidade brasileira." (CUNHA, 2007, p. 294). A ação desse consultor, propiciou um primeiro passo à Internacionalização: o intercâmbio entre reitores e administradores, que foram aos Estados Unidos compreender os modelos de educação a serem seguidos pelas instituições brasileiras, bem como os consultores americanos atravessaram as fronteiras para trazerem suas experiências exitosas. Em suma, os Acordos MEC/USAID serviram e servem aos direcionamentos da Educação Superior no Brasil, já que abriram caminhos para políticas públicas que desaguam no processo vigente de Internacionalização proposto para as universidades e, dessa maneira, a hegemonia estadunidense se fortalece no legado de um período de extrema fragilidade das instituições educacionais brasileiras.

### Conclusão

O estudo partiu da concepção de que a hegemonia está expressamente ligada à questão de identidade cultural, tal como concebida por Hall (2006). Por isso, o alvorecer de duas nações teve impacto na maneira como conduziram suas políticas externas: o Brasil, dependente dos investimentos do capital estrangeiro, e os EUA como potência exitosa do modelo de produção capitalista. Em seguida, pontua-se que a aproximação entre os dois países se fez também voltada ao aspecto cultural, no qual se desenvolveu no Brasil um profundo sentimento de americanismo, proporcionado pela Política da Boa Vizinhança desenvolvida pelos estadunidenses. Por fim, buscou-se fazer uma conexão com a Internacionalização das Instituições de Ensino Superior na atualidade, visto que os Acordos MEC/USAID foram caminho aberto não somente para a estruturação destas, como também à disseminação do ideal propagado pelo contexto de Internacionalização.

No que concerne aos Acordos MEC/USAID, é possível afirmar que a USAID agiu nos países periféricos de forma a manter o modelo capitalista, transferindo-lhes concepções de organização social, política e econômica. Nesse sentido, o discurso de modernização da Reforma Universitária/1968, delineada sob a orientação dos consultores americanos como uma saída para os problemas da Universidade, deixou claro que se tratava de seguir um modelo tido como exitoso, de uma potência capitalista – os EUA. Dessa forma, tais discursos teriam atuado na formação dos intelectuais orgânicos que viessem a contribuir à manutenção do modelo hegemônico capitalista, que tinha como expoente os EUA, a quem interessava ter um grande país como o Brasil sob seus "cuidados" e sob seu poder material e ideológico.

A respeito dessa modernização, Cunha (2007, p. 287-294) escreve que "pretendia-se colocar a universidade a serviço da produção prioritária de uma nova força de trabalho requisitada pelo capital monopolista organizado nas formas estatal e privada 'multinacional.'" O autor é enfático ao afirmar que "o convênio entre o MEC e a USAID [...] fracassou," devido à oposição que se viu nas passeatas estudantis e no Conselho Federal de Educação e corporificou a hegemonia americana num período turbulento do Brasil – a ditadura militar. Todavia, conforme visto, ela não "surgiu," ao contrário, veio-se processando no decorrer dos tempos históricos de Brasil e EUA, pautada não somente na dependência financeira, mas sobretudo na ideologia.

### Referências

- BORDIGNON, Talita. F. *A Aliança para o Progresso e a educação como pretexto para a consolidação do capitalismo*. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 21., 2011, São Paulo. **Anais...** São Paulo, ANPUH-SP. Disponível em: <[http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881299\\_ARQUIVO\\_AAliançaparaoProgressoeaeducacaocomopretextoparaaconsolidacaodocapitalismo.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300881299_ARQUIVO_AAliançaparaoProgressoeaeducacaocomopretextoparaaconsolidacaodocapitalismo.pdf)>.
- BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: História e imagem. Trad. Vera Maria dos Santos. Bauru: EDUSC, 2004. p. 153-174.
- CUNHA, Luiz A. **A universidade reformanda**: o Golpe de 1964 e a modernização do Ensino Superior. São Paulo: UNESP, 2007.
- FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Trad. Izabel M. Brasília: UnB, 2001.
- GRAMSCI, Antônio. **Cadernos do cárcere**. Trad. Carlos N. Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- HALL, Stuart. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz T. da Silva; Guacira L. Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HOONAERT, Eduardo. A Amazônia e a cobiça dos Europeus. In: \_\_\_\_\_. (Coord). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1992. p. 46-92.
- KARNAL, Leandro *et al.* **A história dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.
- KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: a formação da Nação. São Paulo: Contexto, 2017.
- MONIZ BANDEIRA, Luiz A. A CIA e a técnica do Golpe de Estado. In: VALLE, Maria Ribeiro (Org.). **1964-2014**: Golpe militar, História, Memória e Direitos Humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. p. 11-26.
- MOROSINI, Marília C. Internacionalização na produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, p. 93-112, abr. 2011.
- PEREIRA, Gabriel T. **A diplomacia da americanização em Salvador Mendonça**. São Paulo: UNESP, 2009.
- PINA, Fabiana. **O acordo MEC-USAID**: ações e reações (1966-1968). 2011. 187 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, 2011. Disponível em: <<http://www.hdl.handle.net/11449/93369>>.
- REZENDE, Tadeu V. de. **A conquista e a ocupação da Amazônia brasileira no período colonial**: definição das fronteiras. 2006. 356f. Tese (Doutorado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- RIBEIRO, Ricardo A. A teoria da modernização, a Aliança para o Progresso e as relações Brasil/Estados Unidos **Perspectivas**, São Paulo, v. 30, p.151-175, 2006. *Dossiê*.

ROSAS, Paulo. **Para compreender a educação brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOTA, Antônio P. de. **O imperialismo sedutor**: americanização do Brasil na época da Segunda Guerra Mundial. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

VERHINE, Robert E. Pós-Graduação no Brasil e nos Estados Unidos: uma análise comparativa. **Educação**, Porto Alegre: PUC/RS, v. 31, p. 166-172, 2008.

[4] O *Destino Manifesto* se refere à concepção impregnada no período da conquista de novos territórios nos EUA, a qual, segundo Karnal *et al.* (2007, p. 107) se desenvolveu a partir da ideia de que "seria uma missão espalhar a concepção de sociedade norte-americana para as regiões vistas como carentes e necessitadas de ajuda."

[5] Para Hall (2006, p.50) a cultura nacional é "um discurso – um modo de construir sentidos." Então, o discurso de cultura nacional constrói identidades, que "são colocadas de modo ambíguo entre o passado e o futuro."

[6] Trata-se de uma política desenvolvida durante o governo Roosevelt. Sob a ameaça da conquista dos trópicos pelos nazistas, tentou-se atrair a simpatia pelo estilo de vida norte-americano, estratégia mais segura e eficaz do que a ameaça aberta de intervenção bélica. (TOTA, 2000).

[7] Agência Central de Inteligência: visa coletar, avaliar e distribuir informações para uso da administração norte-americana, na tomada de decisões sobre segurança nacional. Disponível em: <https://www.cia.gov>.